



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A EXPANSÃO INTERIORIZADA E OS DESAFIOS PARA A UFRB-BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DAS IMPLICAÇÕES DO REUNI

Flávia Sabina de Jesus - UFRB

Neilton da Silva - UFRB

Rosineide Pereira Mubarack Garcia - UFRB

Resumo

O processo de expansão do Ensino Superior interiorizada tem sido pauta de debate em solo brasileiro, dividindo a opinião dos pesquisadores de políticas educacionais que intentam tal propósito. Objetivou-se nesse estudo avaliar as implicações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no âmbito da graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/Brasil. O estudo fundamentou-se em Pacheco e Dourado (2002), Felicetti e Morosini (2009), Ristoff (2004, 2006), Severino (2007, 2008), entre outros. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório e documental, com uso do questionário e da entrevista como instrumentos de coleta de dados, e análise de conteúdos. Conclui-se que apesar da adesão da UFRB ao REUNI ter ocorrido através discussões aligeiradas e incipientes, em paralelo com a implantação da própria Instituição, aliado ao quantitativo reduzido de servidores para realização das atividades ensino, pesquisa, extensão e gestão, assim como, não obstante, o descompasso entre a questão da infraestrutura oferecida pela região do Recôncavo e a expansão das IFES no interior, a expansão interiorizada da UFRB no âmbito do REUNI é uma política pública significativa que proporciona ampliação de cursos, captação de recursos e acesso a Educação Superior aos cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: interiorização - universidade - expansão - Programa REUNI.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 FIOS CONDUTORES DA DISCUSSÃO

A política educacional dirigida para o nível superior ainda carrega os resquícios do plano de ajuste neoliberal, que afetara a questão social e o seu acirramento a partir da última década do século passado tendo em vista o clima de reformas operado na sociedade brasileira (DOURADO, 2002), com reflexos em todos os níveis e modalidades da Educação. Passada a primeira década do século XXI, os desafios ainda estão por serem superados especialmente no que concerne à garantia do acesso a uma Educação Superior pública, gratuita e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora que se quer sonhou um dia poder chegar à universidade (FELICETTI; MOROSINI, 2009).

Apesar do processo de exclusão das camadas populares da Educação Superior, já que este acesso era assegurado às camadas mais abastadas da sociedade, o Brasil experimentou três momentos de expansão: o primeiro nas décadas de 1960-80, coincidindo com o regime militar, com o aumento expressivo do número de vagas no Ensino Superior; o segundo a partir dos anos de 1990, notadamente com a explosão do sistema privado, culminando de um lado com o período de abertura política a democratização da sociedade brasileira e, do outro lado com a expansão amenizada do acesso a esse nível de ensino; e a terceira, após a metade da primeira década do século vigente, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), um crescimento aportado para a esfera pública (SEVERINO, 2009).

De acordo com Steiner e Malnic (2006) as políticas de Ensino Superior devem primar pelos valores de excelência nas dimensões acadêmica e profissional. Tais dimensões são necessárias, pois favorecem o enriquecimento da formação universitária na medida em que possibilita ao acadêmico compreender a sua função desenvolvimento da sociedade na qual faz parte.

A tônica da expansão e da interiorização do Ensino Superior, no Brasil, se insere nas discussões históricas sobre a democratização do acesso à Educação e, conseqüentemente, do processo de desenvolvimento do país. Contudo, o debate acena para a questão da qualidade do ensino (MOROSINI, 2010) em detrimento da quantidade, cujos conceitos tornam a questão ainda mais nebulosa, já que envolve aspectos ideológicos e, portanto, ideias de projetos societários e de formação humana.

A análise das políticas públicas permite nos debruçar sobre as ações do Governo em qualquer das suas esferas inferindo, se as mesmas estão voltadas para o atendimento dos direitos sociais, a destacar: saúde, Educação, moradia, lazer, dentre outros. No ano de 2003, o Brasil apresentava um novo Governo na esfera Federal, onde o Partido dos Trabalhadores assumia pela primeira vez com uma nova agenda política.

Considerando os desafios em face do acesso à Educação Superior, objetivou-se neste artigo avaliar as implicações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais no âmbito da graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB-BRASIL).

A UFRB foi criada através da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005 mediante o desmembramento da então Escola de Agronomia da UFBA, com sede no município de Cruz



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

das Almas, localizando-se há 146 km de Salvador- BA. Por se tratar de uma universidade multicampi, seus Centros de Ensino estão situados nas cidades de Amargosa (Centro de Formação de Professores – CFP), Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde – CCS), Cachoeira (Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL), Cruz das Almas (Centro de Exatas e Tecnológicas – CETEC e Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB); Feira de Santana (Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS) e; Santo Amaro (Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT).

O Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, é integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação, considerando a meta de expansão da oferta de Educação Superior, foi instituído pelo decreto nº 6.096 de 24 abril de 2007, que define no seu artigo 1º seu objetivo principal: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 01), aliada a preocupação com a garantia da qualidade da graduação da Educação pública, conforme o estabelecido pelo MEC nas Diretrizes do REUNI, 2007.

O Programa, instituído através de ato unilateral do Presidente da República, inibindo qualquer forma de ação democrática, preconiza a reestruturação das Universidades, através da otimização dos recursos humanos e estrutura física, com o apoio financeiro do programa, visando à ampliação e permanência na Educação Superior das IFES. É nesse contexto que a UFRB adere ao REUNI.

2 POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS DESAFIOS DA EXPANSÃO PELO PROGRAMA REUNI

Todo o brasileiro nato ou naturalizado tem o direito garantido pela constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 07) ao acesso a Educação, conforme estabelece no seu artigo 06, são direitos sociais: “a Educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E complementa no seu artigo 205. (BRASIL, 1988, p.120) “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Educação é um direito reconhecido e previsto pela Constituição Federal, o Estado enquanto promotora desse direito propõem políticas universalizantes, estruturais e regulatórias, com destaque para a Educação em todos os seus níveis. Segundo Cunha e Cunha (2002, p.12), “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo”.

As políticas públicas na maioria das vezes visam responder demandas sociais, direitos e promoção do desenvolvimento social. Políticas essas que são o reflexo do resultado de poder e das ações empreendidas, no seu processo de formulação. Nesse ponto destacamos o



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

proceso de expansão da abrangência das políticas públicas que ocorreu no início da década de 90 do século XX, em que o Brasil passa por reformas neoliberais acentuadas, tendo como presidente Fernando Affonso Collor de Mello, que governa apenas por 02 anos, tempo suficiente para promover medidas para o enfraquecimento da Educação pública e o crescimento maciço das Instituições particulares e apoiados no discurso de combate a pobreza, transforma a Educação em uma mercadoria, transferindo a responsabilidade da oferta de Educação Superior para o setor privado.

O projeto Neoliberal adotado pelo país é descendente de uma política americana que era dominante no final do século XX, influenciado por concepções de grandes órgãos internacionais, com destaque para o FMI, BIRD e Banco Mundial, que apregoavam que a saída para a crise nacional viria através da redução do papel do Estado na economia. Para Marrach (1996, p. 42).

O neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais. Representa uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma *grande* crise. E uma ideologia neoconservadora social e politicamente.

Diante dessas orientações neoliberais, o governo adota essas diretrizes na proposição das políticas públicas brasileiras, em principal para disciplinar vários direitos constitucionais, com destaque para a Educação, que na visão de Marrach (1996, p.43) “No discurso neoliberal a Educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança”. A adoção de medidas neoliberais implica no esvaziamento de proposições governamentais para além de outros direitos, o da Educação.

O início da década de 90 do século XX no Brasil é marcado por fortes manifestações populares que culmina em 1992 com o pedido de *impeachment* e renúncia do Presidente Collor. Assumi a gestão presidencial do país, seu vice, Itamar Augusto Franco, que continua com a mesma política adotada pelo seu antecessor. Nesse cenário de transformações políticas na esfera Federal, em 1994, Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, se elege Presidente do país e após 04 anos no poder é reeleito, perdurando no cargo num total de 02 mandatos (1995-1998 e 1999-2002). Durante os mandatos de FHC são promovidas amplas reformas, visando transformar as instituições de Educação Superior em organizações sociais, reguladas por contrato de gestão.

Outro fator marcante do início do século XXI, especificamente do ano de 2001 com a promulgação da lei 10. 172, de 09 de janeiro de 2001, é a previsão trazida no seu artigo quarto e derivados, que veta as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), da expansão da Educação Superior pública, criando assim, as condições legais, políticas e ideológicas para a expansão da rede privada da Educação Superior.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, são implementadas mudanças visando à desaceleração do processo de reformas neoliberais na Educação Superior, com destaque para Programas estabelecidos por essa nova plataforma de governo. Para Ristoff (2006, p.28).

No primeiro período de 2003 a 2006, o orçamento das IFES apresentou crescimento considerável. Parte dos recursos aumentou 100% no ano de 2007 e as IFES



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

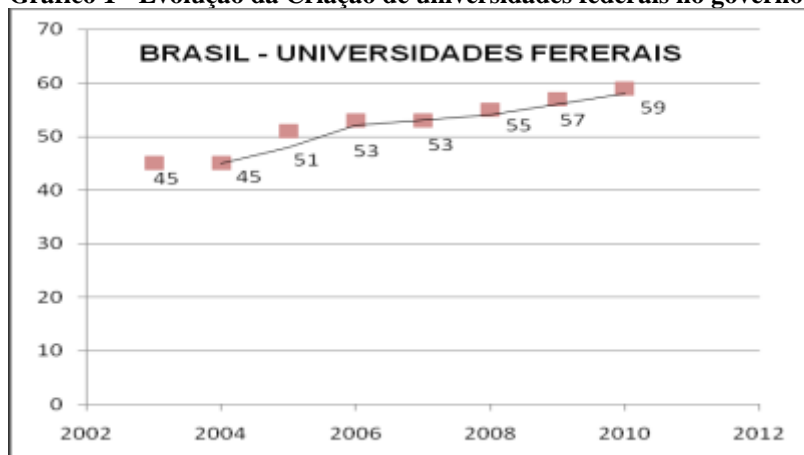
Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

receberam uma dotação orçamentária de 1,7 bilhão de reais, sendo 1,3 bilhão para reajustes de docentes e técnicos e 260 milhões para custeio. Constatou-se que o recurso dobrou nas despesas com o pessoal ativo e despesas correntes e, em relação às despesas de capital, o investimento foi mais significativo, passando de 28 milhões para 265 milhões no período de 2002-2007.

Apesar dessa evolução nas IFES, o problema da Educação no país não está resolvido, ainda precisa o investimento em inclusão de estudantes de baixa renda, que perpassa pela questão da expansão do ensino superior, no qual o Governo de Lula investe mais no seu segundo mandato (2008-2011) e que trataremos no próximo tópico, dada a relevância do estudo dessa temática frente as diversidades da Educação do Brasil.

O histórico universitário público federal no Brasil, 45 (quarenta e cinco) IFES até 2004, é bastante ineficaz dado a grande extensão territorial do país, além disso, as poucas Universidades concentravam-se na região sudeste, que abrigava 8 dessas Instituições. A partir de 2005 a situação começa a mudar, onde no governo LULA, se cria novas IFES, conforme gráfico 01, como política do programa de expansão do ensino superior, tendo por público alvo municípios localizados no interior do Estado, a situação de desigualdade do ensino superior é amenizada, no entanto de longe é insuficiente para resolução da questão desse nível de ensino no país.

Gráfico 1 - Evolução da Criação de universidades federais no governo Lula da Silva



FONTE: MEC/BRASIL (2012)

O objetivo do projeto extensionista do governo era baseado em duas frentes, na criação de IFES desvinculadas de outras Universidades ou na injeção de recursos financeiros nos campi vinculados a Universidades já existentes, para que através de contratação de professores, técnicos e investimento em infraestrutura, estes pudessem se transformar em Universidades, como foi o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que na primeira fase do governo, as respectivas Universidades sedes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) são desmembradas, num total de 06 na primeira fase do governo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No segundo mandato presidencial do presidente Lula (2004-2007) o governo estabelece outra política de expansão educacional, baseado na reestruturação das IFES, com possibilidade das recém-criadas também participarem. A política de expansão do Programa REUNI que pretendia dentre outras, possibilitar as IFES a abastecer a sua infraestrutura e contratar novos servidores. A política expansionista do governo LULA ao final do seu segundo mandato, havia criado 14 (quatorze), Universidades Federais, conforme quadro abaixo, um grande passo para o impulsionamento do país pela Educação.

Tabela 1. Universidades criadas no período de 2003-2010

Nº	UNIVERSIDADE	LOCALIZAÇÃO
01	Universidade Federal do ABC – UFABC	Santo André – SP
02	Universidade de Alfenas – UNIFAL	Alfenas – MG
03	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Uberaba- MG
04	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Diamantina- MG
05	Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa	Mossoró – RN
06	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR	Curitiba- PR
07	Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Dourados – MS
08	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Cruz das Almas – BA
09	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA)	Porto Alegre - RS
10	Universidade Federal do Pampa – Unipampa	Bagé – RS
11	Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf	Petrolina – PE
12	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Palmas – TO
13	Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	Santarém-PA
14	Universidade Federal Fronteira do Sul – UFFS	Chapecó- SC

FONTE: Autoria própria, criado a partir de dados do MEC/BRASIL (2005)

As diretrizes do programa são disciplinadas pelo artigo 2º do decreto nº 6.096/97 e demonstram a grandiosidade das pretensões dessa proposta.

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de Educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da Educação superior com a Educação básica. (BRASIL, 2007, p. 01)

Vale frisar, conforme estabelecido pelo MEC, “O REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das Universidades Federais, já que ele assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições”. (BRASIL, 2007, p.4).

O foco do REUNI é a expansão, dada à meta do PNE “Prover, até o final da década, a oferta de Educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001, p. 34), aliada ao PDE, que diagnosticou a baixa participação das instituições públicas (municipal, estadual e federal) na oferta de ensino superior, frente à participação das instituições particulares.

A expansão recente do ensino superior proporcionou a elevação no número de vagas, configurando uma iniciativa louvável. Apesar disso, a oferta de vagas, ainda é insuficiente para atender a demanda e, ao contrário do esperado, não alterou a composição social dos estudantes nas IFES. O quantitativo de vagas das IES públicas (531.489) em comparação as IES particulares (3.921.942) demonstram essa insuficiência para o atendimento de alunos que demandam o ensino superior, conforme afirmam Neves, Raizer e Fachinetto (2007, p. 6).

A expansão foi bastante expressiva, mas não suficiente para alterar o fato de que, na raiz permite a realidade de uma pirâmide educacional profundamente perversa, que só permite que uma fração muito pequena de estudantes se aproxime efetivamente da Educação superior.

O número elevado da oferta de vagas na área privada faz com que grande parte dos jovens de camadas populares entre no Ensino Superior particular e acabem aquecendo os índices da evasão, por não conseguirem manter os custos de sua formação estudando na esfera privada.

Segundo o Censo 2012, o número de concluintes em 2011 foi de cerca de 1.016.713 (218.365 nas Instituições Públicas e 798.348 nas Instituições particulares), se considerarmos os ingressos em 2007 (ano de ingresso da maioria dos estudantes que em tempo normal deveriam ter concluído a maioria dos cursos), que foi da ordem de 1.481.955 (298.491 nas Instituições Públicas e 1.183.464 nas Instituições particulares). Percebemos, então, uma evasão considerável, tendo em vista o número de estudantes que não concluem a graduação no tempo regular ou que evadiram por outras questões.

Na última década do século passado, a expansão do ensino superior no Brasil foi inegável, no entanto, insuficiente para uma democratização satisfatória que promovesse a ascensão social dos jovens nas camadas sociais mais palperizadas, e um dos motivos perpassa pela expansão processada por Instituições particulares. Uma expansão com vistas à democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, com equidade, ocorrerá quando as políticas públicas educacionais promovam a entrada e permanência nos níveis fundamental e médio.

As políticas educacionais, além de se voltarem para a questão do ensino médio, também necessitam ampliar o investimento em um ensino público de qualidade,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

proporcionando a valorização dos docentes, através da formação continuada, melhores condições de trabalho e salários. Políticas que atentem para os professores e os ajudem nos seus processos motivacionais, a cooperar com o aprendizado do aluno em todos os níveis, contribuindo dessa forma, para a entrada e permanência dos alunos no nível superior.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a consecução dos objetivos do artigo, o trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória, visando levantar informações sobre o objeto da pesquisa (SEVERINO, 2007, p.123) e descritiva documental, com intuito de expor as características de determinada população (GIL, 2007, p.44). A abordagem é de natureza da pesquisa é qualitativa, com vistas a traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social NEVES, J. Luis (1996 apud MAANEN, 1979a, p. 520).

O campo de investigação da pesquisa é a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Instituição de ensino com oito anos de existência. Fundada pelo desmembramento da Escola da Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com autonomia, para gestão administrativa, financeira, patrimonial e didático-pedagógica. Estruturada no modelo multicampia, com centros de ensino em seis cidades da Bahia e com cerca de oito mil quatrocentos e noventa e seis estudantes conforme dados da Superintendência de Regulação e Registros acadêmicos (SURRAC) de outubro de 2012.

O foco da pesquisa é a política de expansão dos cursos de graduação da UFRB imbricada ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no que pesam os processos de interiorização do ensino superior no Brasil.

A coleta de Dados foi estruturada no levantamento bibliográfico, extraído dados da legislação nacional a exemplo, da Constituição Federal, das diretrizes do REUNI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Censo da Educação Superior. Documentos da UFRB, como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relatórios de gestão (2007-2011), projeto de adesão ao REUNI. E também levantamento de pesquisas secundárias com temática voltada para o objeto de pesquisa.

Também realizamos entrevistas semiestruturada, roteiro para análise documental e questionários aplicados para os sujeitos da pesquisa, a saber: 1) os representantes da Administração Central - AC (Reitor, Vice-Reitor, Coordenadora Institucional do Reuni da UFRB e a Pró-Reitora de Graduação), aplicamos para esse grupo, a entrevista semiestruturada, que nos permitiu colher o maior número de informações. 2) Diretores de Centro da UFRB - D e 3) Representantes Docentes ou Sindicais -RD/S esses dois grupos, aplicamos em parte a entrevista semiestruturadas ou questionário. 4) Estudantes - E (um de cada Centro) que fossem articulados com o diretório acadêmico dos cursos de graduação,

A análise dos dados foi estruturada através da apreciação documental que permitiu traçar um panorama histórico do planejamento e da execução do projeto REUNI da UFRB, através da análise de conteúdo temático. Conforme Severino (2008, p.121) “é uma metodologia de análise e tratamento de informações constantes de um documento, sob a forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”. A interpretação dos dados foi organizada de acordo com a proposta da triangulação das fontes



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

dos dados utilizadas nessa pesquisa: entrevistas semiestrutura, questionário e análise documental.

4 OS RESULTADOS DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA GRADUAÇÃO NA UFRB: IMPLICAÇÕES DO REUNI

UFRB e a sua realidade com o REUNI na presente pesquisa serão apresentadas em cinco categorias de análise a saber: 01. O processo de adesão do REUNI da UFRB; 02. Concepção e bases políticas do REUNI; 03. Expansão da graduação da UFRB; 04. Interiorização da Educação Superior; 05. Condições da infraestrutura para o funcionamento dos cursos.

4.1. O PROCESSO DE ADESÃO DA UFRB AO REUNI

A UFRB aderiu ao Programa REUNI apenas com 01 ano de existência, num formato diferenciado da maioria das IFES. Visto que a expansão para a UFRB ocorreria ao lado da implantação, vislumbrando a estruturação da Universidade, que não seria possível apenas com os recursos da instalação.

O projeto da Instituição para participação no Programa REUNI, chamado de PCA/REUNI visava melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos. A pretensão expansionista da Instituição era ampliação de vagas de 620 para 10.970, para tanto pretendia um incremento de 12,3% de vagas semestrais e a criação de mais 17 (dezessete) cursos de graduação, sendo 09 (nove) no turno noturno.

A pesquisa revelou que houve um processo de discussão com a comunidade acadêmica para adesão da UFRB ao REUNI, no entanto, essa discussão apresentou-se insuficiente para a consecução de um planejamento eficaz. Essa fragilidade é retratada nas observações de 60% dos entrevistados, que relatam que o processo em torno da construção do PCA/REUNI da UFRB, foi superficial para a construção de uma proposta sólida.

O reflexo da incipiente interação com o montante de servidores e discentes foi apresentado na pesquisa, quando 60% da categoria dos estudantes questionados demonstraram que não conheciam o PCA/REUNI da UFRB. Nesse ponto, os representantes docentes e sindicais - RD/S1 apresentam que a maioria dos docentes da Instituição também desconhece o PCA da UFRB. Isso acontece para RDS/S1, pois, parte dos docentes não participaram das discussões iniciais, ou por não participarem na época da elaboração do projeto ou por serem recém-chegados a UFRB e não terem sido familiarizados com o Programa.

A imagem dessa realidade de proposição de cursos e incremento no número de vagas pautados em superficialidades é um problema que é anterior ao PCA/REUNI da UFRB. Esse problema, deriva da base do processo, do cerne da política pública do REUNI imposta pelo MEC, como um “pacote pronto” e imutável. Apresentado pelo Governo, onde as Universidades, não tiveram possibilidade de alterar a estrutura do Programa e em principal, não tiveram tempo suficiente para discutir com as suas bases ações envoltas nessa política. O tempo curto para implementação da proposta das IFES ao REUNI é disponibilizado nas Diretrizes do Programa, que impõe de 6 a 9 meses para as Instituições aderirem à proposta.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

4.2. CONCEPÇÃO E BASES POLÍTICAS DO REUNI

O REUNI partiu da necessidade dos jovens brasileiros na faixa de 18 a 24 anos, estarem cursando ensino superior. Trabalhar sobre a demanda da expansão da Educação Superior pública federal que promova o acesso de jovens as IFES é necessário. No entanto, a concepção política que estrutura o REUNI arquitetada por um grupo, sem oportunizar a participação efetiva dos executantes da política (administração das IFES) gerou dificuldades para operacionalizar atividades concernentes ao REUNI nas IFES e em especial na UFRB, conforme destacou na pesquisa empírica os Diretores- D1 e a Administração Central - AC2.

A meta global que delineava o Programa, onde a taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação e a relação de 18 alunos de graduação por professor, baseado em parâmetros internacionais. As metas do REUNI eram amplas para um país em desenvolvimento e que possui um ensino médio e fundamental abaixo dos patamares de países desenvolvidos.

A análise da documentação legal que norteia o REUNI, permiti-nos verificar que não houve flexibilização normativa e procedimental da lei de licitações e contratos da administração pública para a expansão pretendida com o REUNI. Diante disso, as obras e reformas demoraram muito para iniciar e conseqüentemente ficarem prontas.

4.3. EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO NA UFRB

A expansão do ensino superior para o Recôncavo da Bahia impresso a partir da adesão da UFRB ao Programa REUNI vêm na direção de atender uma demanda reprimida por ensino superior. Com vistas ao desenvolvimento regional preconizado na missão institucional da UFRB.

As narrativas dos entrevistados indicam que com a criação da UFRB nasce uma nova era no Recôncavo que promove o incremento do comércio, o desenvolvimento intelectual, aliado ao poder da universidade de movimentar as classes sociais pela Educação, aspecto que conforme destaca Fonseca (1998), é forma para o aumento da produtividade.

Para traçar reformas educacionais, como a implementada pelo governo com o programa REUNI, a política deve olhar para o estudante que não está na Universidade. Baseado nestes argumentos, podemos inferir que a política expansionista do REUNI antes de ter previsto o ingresso de novos estudantes, deveria ter garantido a infraestrutura física e contratado novos servidores para as IFES, pois assim minimizaria os transtornos e as insatisfações relatadas pelos entrevistados.

Ao final do tempo programado para o REUNI as grandes metas do PCA da UFRB não foram alcançadas, a taxa de aluno por professor não chegou a 18:1, não houve o alcance de 90% da taxa de conclusão média dos cursos presenciais. No intuito de abarcar e melhorar esse cenário na UFRB, foi previsto no PCA/REUNI da Instituição a reformulação dos currículos visando à flexibilização e a mudança nos itinerários formativos dos cursos, além da formação dos professores para propostas pedagógicas inovadoras. No entanto essa meta também não foi



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

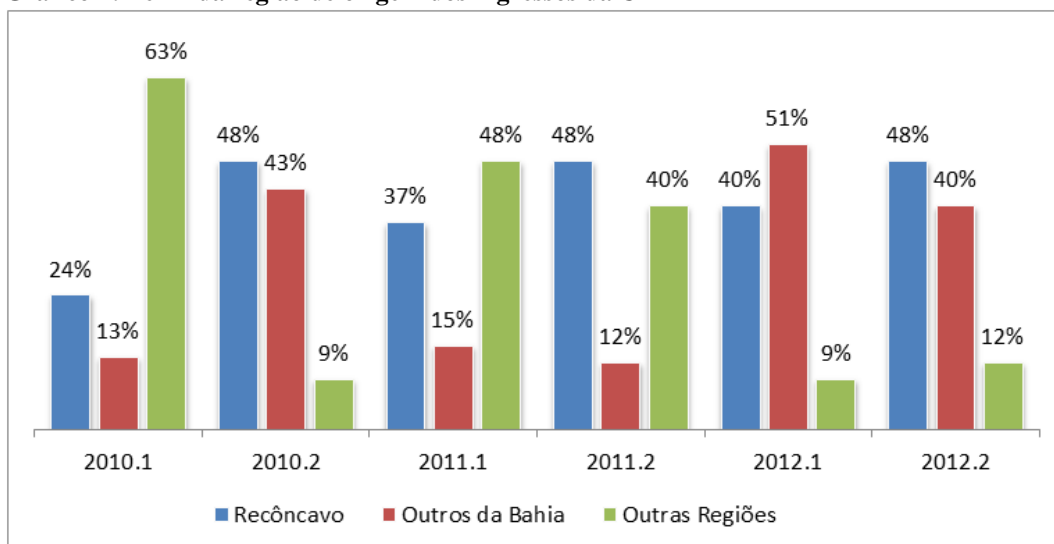
Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

cumprida conforme nos destaca representantes da Administração Central - AC3, pois “ficamos preocupados com a expansão e não garantimos a reestruturação”.

4.4. INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pesquisa revelou que a UFRB é comprometida com o desenvolvimento da própria instituição, com o recôncavo, com a Educação e a cultura da região, o que pode ser observado no perfil do ingresso na Instituição conforme o gráfico 01 abaixo. Onde observamos que ao longo dos anos, o número de ingressos de estudantes na universidade advindos de cidades do recôncavo vem aumentando. Cidades essas, que foram mapeadas pelo IBGE.

Gráfico 1: Perfil da região de origem dos ingressos da UFRB



FONTE: JESUS, 2013.

Esses números são reflexos da recente chegada ao recôncavo de uma instituição de ensino superior e torna ainda mais forte o compromisso da instituição em trabalhar com a região no intuito de alargar o quantitativo de ingressos do recôncavo e cumprir integralmente a sua função de responsabilidade social com a região. Essa percepção, conforme a pesquisa empírica é de 80% dos nossos entrevistados que relataram a importância da UFRB para a região. No entanto 60% deles comentaram sobre o desafio de estar inseridos em uma região que ainda não é estruturada.

A narrativa do entrevistado indica a situação na UFRB e desgastante para os gestores, fruto do REUNI que prevê políticas para a expansão interiorizada, mas não promove novas políticas para o desenvolvimento do recôncavo. Nesses termos a região não se desenvolve na medida necessária para absorver as demandas advindas com a universidade.

O entrevistado relata a necessidade de desenvolvimento de políticas para estruturação da região. Posto que apenas desenvolver políticas para interiorização da Educação, sem capitanear novas políticas para estruturação da região, ocorrerá que em médio prazo os



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

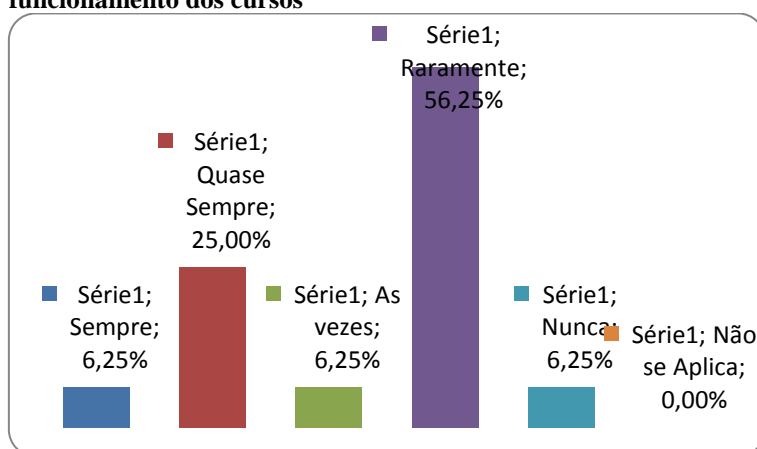
Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

servidores irão procurar outras regiões que proporcionem melhor qualidade de vida, como relata o representante docente/ sindical- RDS/2 “só quem está insatisfeito é quem sai”. Essa situação a curto e médio prazo para os entrevistados e na nossa concepção, deve ser posto na agenda política da administração da UFRB, para que não haja prejuízos institucionais ainda maiores num futuro próximo.

4.5. CONDIÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

A expansão pretendida pelo REUNI perpassa diretamente pela estrutura para funcionamento dos cursos, pois para alcançar o objetivo de ingresso de um quantitativo elevado de estudantes, as universidades necessitam conforme ANDIFES 2010, de três elementos sendo que 66,67% perpassam pela infraestrutura e manutenção desta e os 33,33% o restante compreende a contratação de servidores. Diante disso, pode-se perceber a importância do elemento infraestrutura como base do programa REUNI.

Gráfico 02- Percepção dos entrevistados sobre a condição de atendimento da infraestrutura para o funcionamento dos cursos



FONTE: JESUS, 2013.

Com relação à infraestrutura, a maioria dos entrevistados afirma que raramente ela atende às necessidades dos cursos de graduação da UFRB, pois segundo eles faltam laboratórios, hospitais, centro de referência e demais padrões aceitáveis para aprendizagem. Essa questão foi relatada por Fonseca (2009), onde há a necessidade de disponibilização de todos os insumos para a qualidade dos processos educacionais. Nesse aspecto pronunciou-se o representante docente/sindical - RDS/1.

A estrutura insuficiente foi destacada por 80% dos entrevistados, que independente do Centro de Ensino que faziam parte, relacionava que a infraestrutura para o funcionamento ainda não chegava a patamares de estabilidade. Na ponta do processo percebemos que os estudantes da instituição, sentem o reflexo da infraestrutura para o funcionamento dos cursos, ainda em desenvolvimento. Onde 100% dos entrevistados dessa categoria também avaliam que raramente as condições atendem ao funcionamento dos cursos.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFRB reforçam essa questão. Posto que dos 100% do orçamento autorizado pelo MEC (custeio e investimento) para a UFRB, durante os 04 (quatro) anos o REUNI, a Universidade consegue empenhar 99,798%. No entanto a liquidação não ocorre na mesma velocidade, pois analisando somente os valores disponibilizados no ultimo ano do Programa, verificamos que de 91,238% empenhado apenas 52,872% é liquidado.

Sendo assim, o contratante, nesse caso a Administração pública, atesta o recebimento da mercadoria/serviço assina a nota de fornecimento para as providências relativas ao pagamento. No entanto, por exemplo, como parte das obras com o REUNI não foram entregues observa-se que o montante de 38,366% dos recursos empenhados ainda não foi liquidado, isso considerando apenas o ultimo período observado. Independente das razões, o fato é que o cenário infraestrutural para realização dos cursos na UFRB ainda precisa de variados ajustes. Fato que ocorre, por diversos motivos e nesse sentido, a universidade fica limitada de exercer com eficácia as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A participação da UFRB no REUNI assumiu um formato diferenciado, visto que a expansão ocorreria ao lado da implantação, vislumbrando a estruturação da UFRB, que não seria possível apenas com os recursos da instalação. Os resultados da pesquisa apontam que a comunidade acadêmica da UFRB era favorável a participação da Instituição no REUNI, posto que não havia outra possibilidade da universidade expandir os seus cursos de graduação sem a participação no REUNI, haja vista que os recursos de implantação eram insuficientes para abarcar uma expansão elevada de vagas destinadas aos cursos de graduação que seriam criados.

Os resultados permitem afirmar, que a UFRB não alcançou a meta global do REUNI, devido a vários fatores e, principalmente, pela preocupação institucional com o ensino ofertado. Posto que sem condições infraestruturais e humanas (servidores) ficaria prejudicada a base acadêmica para que o egresso tivesse uma formação profissional diferenciada.

No que se refere à outra grande meta de diminuição da taxa de evasão, percebemos que a mesma não foi ajustada para atingir os patamares propostos no PCA, questão que está sendo averiguada por um grupo de trabalho da Instituição, designado por uma portaria institucional. No entanto, a presente pesquisa, embora não tivesse o foco na evasão, já permite inferir que essa questão perpassa pelo não cumprimento da pretendida flexibilização dos itinerários formativos e o diálogo incipiente da graduação com a Educação básica da região e da graduação com a pós-graduação da própria universidade.

A Pesquisa documental apontou que apesar de haver o ingresso na UFRB de estudantes provenientes do recôncavo da Bahia, esse número ainda é baixo se comparado ao ingresso de discentes de outras regiões, não apenas da Bahia, mas de muitos estados brasileiros. Essa questão traz reflexos sobre a interiorização do ensino, pois como já foi destacado outrora o desenvolvimento regional perpassa pela Educação. Diante disso, faz-se necessário que discentes provenientes da região do recôncavo estejam na UFRB. Nesse sentido, haverá a verdadeira interiorização do ensino, posto que possuir a maioria de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estudiantes provenientes de outras regiões e que provavelmente regressarão para as regiões de origem, não promove o desenvolvimento regional propalado na missão da UFRB.

A investigação apontou para uma nova problemática que advém da expansão, do REUNI, a intensificação do trabalho docente. Tal fato ocorre, porque o MEC liberou todas as vagas para servidores docentes, na UFRB, no entanto não autorizou as vagas pactuadas para os servidores técnico-administrativos. Diante do quantitativo reduzido de técnicos, conforme relatou parte dos representantes docentes ou sindicais e diretores de centro de ensino, os docentes tiveram que assumir cargos de gestão, (desempenhando trabalho técnico), aliado ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo de docente (ensino, pesquisa e extensão), além da captação de editais em busca de financiamento para as suas pesquisas, frente ao reduzido financiamento da Universidade. Em síntese, todos esses motivos colaboraram na visão dos docentes para a intensificação do trabalho.

Os resultados apontam ainda, para insatisfação dos entrevistados (RD/S e D), com o processo de interiorização. Visto que, cidades que já possuíam serviços precários passam a receber um quantitativo elevado de novos moradores. Esse fato repercute no nível de insatisfação dos docentes e técnicos, que por conta disso, buscam novas oportunidades em Instituições mais consolidadas, dando origem ao que ousamos chamar de o fenômeno da evasão de servidores públicos da UFRB.

Nesse sentido, o estudo sustenta a necessidade de articulação das políticas da Universidade com as políticas do Governo Municipal, Estadual e Federal. Políticas essas conforme relato de parte dos entrevistados, que promovam a atração de empresas que ofertem serviços para o abastecimento da infraestrutura na região, proporcionando melhores condições de vida, nos aspectos da saúde, lazer, transporte, cultura para os nativos e novos moradores do Recôncavo que advém com a Universidade.

Refinando essas considerações, sugerimos que seja elaborado um dossiê sobre o Programa REUNI da UFRB, pontuando as suas potencialidades e dificuldades, podendo ser socializado através de um evento institucional que tenha a comunidade acadêmica como público-alvo. Tal fato irá permitir a consecução de um novo planejamento expansionista para a Instituição, baseado na larga experiência obtida com o REUNI.

Ainda com o objetivo de desenvolver uma expansão de qualidade, recomenda-se uma articulação política da UFRB com as demais IFES do país, para delinearem um instrumento avaliativo do Programa REUNI no intuito de apresentar ao MEC, pontuando a necessidade de adotar para as IFES, um regime de contratação diferenciado como ocorreu com a Copa do Mundo de 2014, visando dar celeridade ao processo de obras e compra de equipamentos.

Ainda com o objetivo de contribuição com a UFRB, sugere-se que a administração da universidade, utilize-se das orientações expostas nessa pesquisa e da experiência adquirida com execução do programa REUNI, para discutir as novas bases a serem adotadas pela instituição, no caso de novos programas de reestruturação, além de monitorar as ações da expansão do REUNI.

REFERÊNCIAS



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ANDIFES 2010. **Reitores Brasileiros participam de reunião especial da Andifes na UFRPE.** Disponível em: <<http://andifes.hospedagemdesites.ws/?p=18283>> Acesso em: 24/11/12

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 21/09/12

_____. **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 19/06/12

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M.. **Políticas Públicas e sociais.** In: CARVALHO, Alysso, SALES, Fátima (orgs.). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90.** 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 30/09/10.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: avaliação de políticas públicas.** Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. . São Paulo: Atlas, 2007.

MOROSINI, M. C. **Qualidade da Educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade.** Interface - Comunicação, Saúde e Educação, v.5, n.9, p.89-102, 2001.

NEVES, J. L.. **Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem/1996.

RISTOFF, D. **A Universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas.** In: MOROSINI, M. (org). **A Universidade no Brasil: Concepções e modelos.** Brasília: INEP, 2006.

SEVERINO, A. J. **Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades.** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2.pdf>>. Acesso em: 05/03/10.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª Ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

STEINER, J. E.; MALNIC, G. **Ensino Superior: conceito e dinâmica.** São Paulo: EdUSP, 2006.

JESUS, F. S. **Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no âmbito do REUNI: Um enfoque para a graduação da UFRB.** 2013. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia. 2013.